

ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS PEREIRA



COIMBRA

2009

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. Justificação do tema e lógica sistemática	3
II. Objectivos propostos e metodologias aplicadas	5
I PARTE: APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA	7
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO JURÍDICO	9
1. A notícia do crime e a preservação do local	9
2. As competências legais	11
3. A cadeia de custódia: a recolha, preservação e transporte de vestígios	14
4. A prova pericial e os meios de obtenção da prova	15
CAPÍTULO II: A PRESERVAÇÃO DA CENA DE CRIME	19
1. O seu carácter decisivo e o “efeito dominó”	19
2. A notícia do crime, sua natureza e tipificação criminal	21
3. As diligências imediatas e os meios materiais	23
4. A diferenciação e importância da primeira intervenção na cena de crime	25
CAPÍTULO III: A INSPECÇÃO JUDICIÁRIA	28
1. A intervenção da equipa de cena de crime	28
2. As metodologias, técnicas instrumentais e procedimentos padrão	30
3. Sintetização dos procedimentos sistemáticos na cena de crime	38
3.1. Na gestão da cena de crime	38
3.2. Na actividade de Polícia Técnica	38
3.2.1. Preservação de vestígios	38
3.2.2. Busca de vestígios	39
3.2.3. Recolha de vestígios	39
3.2.4. Medidas adicionais	40
4. Natureza, tipologia e tratamento de vestígios	40

5. A cadeia de custódia na perspectiva criminalística	43
5.1. A problemática da contaminação de vestígios	45
5.2. As medidas de protecção e segurança sanitária	47
CAPÍTULO IV: A EQUIPA DE CENA DE CRIME	49
1. Os meios humanos e a multidisciplinaridade	49
2. A realidade diferenciada no nosso país	52
3. A evolução dos meios materiais disponíveis	59
4. A acreditação e a norma 17020	67
II PARTE: CONTRIBUIÇÃO PESSOAL	69
CAPÍTULO I – MATERIAIS E MÉTODOS	71
1. Amostras	71
1.1. Definição do universo alvo	71
1.2. Critérios de inclusão	71
1.3. Critérios de exclusão	71
1.4. Distribuição da amostra	72
1.4.1. Por entidade	72
1.4.2. Por categoria profissional	73
1.4.3. Por zona geográfica	73
1.4.4. Por tipo de crime	74
2. Materiais	75
2.1. Construção do questionário	75
2.2. Caracterização dos grupos de questões e terminologia	75
2.3. Caracterização física do questionário	76
2.4. Distribuição do questionário	76
3. Procedimentos	77
3.1. Teste de coerência e validação do questionário	77
3.2. Trabalho de campo e obtenção das respostas	77
3.3. Tratamento estatístico dos dados	78

3.3.1. Codificação das perguntas do questionário	78
3.3.2. Construção da base de dados	78
CAPÍTULO II: RESULTADOS E DISCUSSÃO	80
1. Preservação da cena de crime	80
1.1. <i>“Quem a solicitou?”</i>	80
1.2. <i>“Quem a executou?”</i>	81
1.3. <i>“Existiram falhas?”</i>	82
1.4. <i>“Que tipo de falhas?”</i>	86
2. A inspecção judiciária	88
2.1. Procedimentos de segurança no local	88
2.1.1. <i>“Quem determinou os procedimentos de segurança?”</i>	89
2.1.2. <i>“Foram determinados limites na cena de crime?”</i>	89
2.1.3. <i>“Foram determinados os trajectos de entrada e de saída?”</i>	90
2.1.4. <i>“Foi controlado o fluxo de pessoas?”</i>	90
2.1.5. <i>“Foi determinada área para equipamentos e lixo?”</i>	91
2.2. Procedimentos na cena de crime e separação de tarefas	91
2.2.1. <i>“Qual o elemento responsável pela gestão e coordenação da cena de crime?”</i>	92
2.2.2. <i>“Qual o primeiro elemento a percorrer a cena de crime?”</i>	92
2.2.3. <i>“Foram assinaladas alterações ou contaminações na cena de crime?”</i>	94
2.2.4. <i>“Que tipo de alterações ou contaminações é que foram assinaladas na cena de crime?”</i>	95
2.2.5. <i>“Quem executou a sinalização, recolha e preservação dos vestígios na cena de crime?”</i>	96
2.2.6. <i>“Quem efectuou o transporte dos vestígios recolhidos na cena de crime?”</i>	97
2.2.7. <i>“Quem realizou a reportagem fotográfica?”</i>	98
2.2.8. <i>“Quem executou a inspecção lofoscópica?”</i>	99

2.2.9. “Quem realizou o exame do hábito externo da vítima?”	99
2.2.10. “Quem executou a sinalização, recolha, preservação e transportou os vestígios existentes no cadáver e respectivas roupas?”	100
2.2.11. “O equipamento disponível ou necessário foi suficiente?”	101
2.2.12. “Foram necessários outros materiais ou equipamentos?”	102
2.2.13. “A formação já adquirida foi suficiente?”	103
2.2.14. “Em que áreas foi mais sentida a necessidade de formação?”	103
2.2.15. “Quem abordou a autoridade responsável pela preservação da cena de crime?”	104
2.2.16. “Quem identificou as eventuais testemunhas, suspeitos e familiares?”	105
2.2.17. “Junto dessas pessoas foram recolhidas informações relevantes para o esclarecimento dos factos?”	105
2.2.18. “Quem registou todas as informações e evidências existentes?”	105
2.2.19. “Quem determinou os procedimentos iniciais de investigação?”	105
2.2.20. “Procedeu-se a uma pesquisa final para libertação da cena de crime?”	106
2.2.21. “Quem executou a pesquisa final para libertação da cena de crime?”	106
2.2.22. “No final procedeu-se a um debate de ideias entre os profissionais presentes?”	106
2.2.23. “Estiveram presentes órgão de comunicação social?”	107
2.2.24. “Foi determinado espaço específico para a sua presença?”	107
3. A equipa de cena de crime	107
3.1. Constituição da ECC no caso concreto	107
3.1.1. “Qual a categoria profissional onde foram necessários mais elementos?”	109

3.1.2. <i>“Qual a constituição da ECC que se devia ter deslocado às situações concretas?”</i>	109
3.2. Constituição da ECC “ideal” na situação genérica	113
3.2.1. <i>“Quais as presenças indispensáveis em cenas de crime de natureza genérica?”</i>	113
3.2.2. <i>“Qual o número de elementos que deverá estar presente numa situação genérica</i>	115
3.3. Constituição da ECC “ideal” no conjunto das duas situações	116
III PARTE: RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO	119
I. Recomendações	121
II. Conclusão	125
III. Considerações finais	127
BIBLIOGRAFIA	129
APENDICE	139